



# OS IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES DOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE CUIDADO NA SAÚDE MENTAL DISCENTE: UM ESTUDO DAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO DE GRADUANDOS DA FFLCH-USP

THE IMPACTS OF CHANGES IN INSTITUTIONAL CARE ARRANGEMENTS ON STUDENT MENTAL HEALTH: A STUDY OF THE MULTIPLE DIMENSIONS OF PSYCHOLOGICAL SUFFERING AMONG UNDERGRADUATE STUDENTS AT FFLCH-USP

Felipe Paes Piva <sup>1</sup>

**Manuscrito recebido em:** 25 de maio de 2024.

**Aprovado em:** 21 de agosto de 2024.

**Publicado em:** 11 de setembro de 2024.

## Resumo

**Introdução:** O artigo apresenta como as recentes mudanças nos arranjos institucionais de cuidado em saúde mental realizadas na Universidade de São Paulo vem impactando os graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. **Objetivo:** Ao dar especial atenção para os acontecimentos em torno da morte de um discente e a questão do racismo no meio universitário, busca-se tratar das múltiplas dimensões das questões relacionadas à saúde mental e ao cuidado de alunos de graduação da unidade, relacionando como as transformações dos arranjos institucionais vêm interagindo com a experiência do sofrimento psíquico e do suicídio, com as condições estruturais de iniquidade e com as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade se apresentam na Universidade. **Métodos:** Pesquisa etnográfica realizada por intermédio de formulários e entrevistas aplicados aos discentes. **Resultados:** As desigualdades sociais se intersectam nas estruturas universitárias, se convertendo em desigualdades acadêmicas, podendo assim ser convertidas em culpa e responsabilidades individuais. **Conclusão:** A necessidade de se propor uma outra gramática do sofrimento psíquico e uma outra ética do cuidado na universidade.

**Palavras-chaves:** Sofrimento Psíquico; Suicídio; Marcadores Sociais da Diferença; Universidade; Cuidado.

## Abstract

**Introduction:** This article presents how recent changes in institutional arrangements for mental health care at the Universidade de São Paulo have been impacting undergraduate students at the Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. **Objective:** By paying special attention to the events surrounding the death of a student and the issue of racism in the university environment, the article seeks to address the multiple dimensions of issues related to mental health and care for undergraduate students at the university, relating how the transformations in institutional arrangements have been interacting with the experience of psychological distress and suicide, with the structural conditions of inequity and with the complex ways in which race, class, gender and sexuality are presented at the University. **Methods:** Ethnographic research carried out through forms and interviews administered to students. **Results:** Social inequalities intersect in university structures, becoming academic inequalities, and can thus be converted into individual guilt and responsibilities. **Conclusion:** The need to propose another grammar of psychological suffering and another ethics of care at the university.

<sup>1</sup> Mestrando em Antropologia Social e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5574-407X> E-mail: [felipe.piva@usp.br](mailto:felipe.piva@usp.br)



**Keywords:** Psychological Suffering; Suicide; Social Markers of Difference; University; Care.

## INTRODUÇÃO

Em memória de Ricardo e tantos outros não nomeados

Em 2017, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) registrou ao menos seis tentativas de suicídio (Collucci, 2017). Naquele mesmo ano foram registrados dois suicídios consumados em outras unidades da Universidade, na Faculdade de Veterinária e no Instituto de Ciências Biomédicas. Neste último caso, um aluno de doutorado se suicidou no laboratório no qual trabalhava, deixando, numa lousa que havia no local, uma mensagem em que relatava estar cansado de tentar, de ter esperança, de viver. A mensagem terminava com a expressão em inglês "I'm just done" (Moraes, 2017).

Em 2018, mais cinco casos de suicídio de alunos foram registrados, dois alunos da FFLCH, um da Escola Politécnica, um da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP Leste e um da Escola de Engenharia de São Carlos. Tais ocorrências levaram à mobilização novamente em torno da discussão sobre saúde mental no meio acadêmico, juntamente com a criação de um Escritório de Saúde Mental (ESM) na Universidade. A criação do Escritório representou um marco na história da universidade, já que é a primeira vez que foi desenvolvida institucionalmente uma ferramenta unificada de assistência psicológica. Até então, apenas algumas Faculdades ofereciam assistência por iniciativas próprias. Agora, todos os estudantes de quaisquer campi da USP poderiam ter acesso (Vieira, 2018).

No primeiro semestre de 2021, cinco estudantes de graduação da FFLCH tiraram suas próprias vidas, apenas três casos foram reconhecidos pela instituição. Um deles foi o caso emblemático de Ricardo, um aluno negro da Geografia que se jogou do alto da moradia estudantil, onde era morador, em maio do ano passado. Recebia atendimento do ESM desde 2019 (Palhares, 2021), um dos lugares em que ele relatava sofrer racismo pelos colegas de curso e até mesmo por docentes. O estudante chegou a avisar diferentes órgãos e serviços da universidade que iria se suicidar nas escadas do bloco que residia estudantil, mas nenhuma atitude institucional foi tomada para prevenir sua morte, nem mesmo a Guarda Universitária presente durante o ocorrido estava preparada para tomar alguma ação (UneAfro,



2021). A repercussão de sua morte fez com que colegas, amigos e familiares fizessem um cortejo em sua memória, na Praça do Relógio da USP, onde os participantes apontaram negligência por parte da universidade e questionaram a omissão da instituição, com cartazes com dizeres como “A USP adocece e mata” e “A culpa é da USP” (Camargo, 2021).

Ricardo não foi a única pessoa negra dentre os cinco casos, havia também uma aluna negra, cujo caso não foi publicizado diretamente pela instituição, mas por uma postagem, em rede social, do coletivo feminista discente do qual a estudante fazia parte. Ao longo do texto, este último caso não será trabalhado diretamente por não ter sido diretamente reconhecido pela instituição e também para não expor sua narrativa particular.

No caso específico deste artigo, as narrativas sobre sofrimentos psíquicos de graduandos da FFLCH não habitam as estatísticas e só ganharam o espaço do dizível em situações extraordinárias, ainda que habitem o ordinário (Parreiras, 2018; Das, 2020). Como defende Maluf (2010), se desejamos apreender como o sofrimento psíquico tem incidido sobre as vivências universitárias, não podemos nos prender apenas aos eventos críticos, como os descritos acima, é preciso descer ao ordinário, ao nível do cotidiano, para as diferentes formas que esse sofrimento é corporificado e vivenciado. São pelas falas, relatos e narrativas desses estudantes sobre suas experiências de aflição, sofrimento e adoecimento, sobre seus itinerários e estratégias de alívio, que articulam-se com outras dimensões da experiência e da existência social.

É preciso tratar dos aspectos afetivos e psicossociais da vida na academia contemporânea, abrir uma exploração dos caminhos pelos quais tais experiências são posicionadas segundo gênero, classe, raça, sexualidade, dentre outros. Assim como, os regimes de iniquidade na academia, das práticas interrelacionadas, processos, ações e significados que resultam e mantêm iniquidades segundo os marcadores sociais, para entender como formas mais complexas de discriminação e iniquidade estão surgindo e sendo mantidas neste ambiente em particular (Gill, 2017). Parte-se do entendimento de que há a junção dos mais diversos fatores sociais, como os marcadores sociais da diferença, que apontam uma maior suscetibilidade de sofrimento psíquico de alguns grupos em detrimento de outros (Piva, 2022, 2023).

## **METODOLOGIA**



O artigo se baseia nos desenvolvimentos realizados em meu mestrado, que segue em andamento. Nele, realizei a construção de três formulários: o primeiro, aplicado em 2021, apenas para discentes de graduação da FFLCH, os outros dois, aplicados em 2023, um apenas para discentes de graduação e outro para discentes de pós-graduação da unidade. Entretanto, o presente artigo irá focar apenas nos dois formulários aplicados aos discentes de graduação.

O objetivo geral de meu mestrado é entender as múltiplas dimensões das questões relacionadas à saúde mental de alunos de graduação e pós-graduação na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Relacionando como as transformações estruturais e institucionais do Ensino Superior se apresentam para os discentes da FFLCH (seja pelos efeitos da mercantilização e corporatização da universidade, concorrência e competitividade generalizadas, precarização das condições de trabalho e pesquisa, cortes sistemáticos de recursos, inefetividade das políticas de permanência e de saúde mental, dentre outros fenômenos) e como afetam a sua saúde mental por meio dos relatos dos próprios discentes. Procuro entender como tais mudanças vêm se desenvolvendo no nível dos discentes, em sua condição subjetiva: o caráter relacional entre o sofrimento psíquico e o suicídio, as condições estruturais de iniquidade e as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade (dentre outros marcadores que se mostrem relevantes neste meio) se apresentam na universidade.

Além dos formulários, foram feitas 13 entrevistas semiestruturadas para retomar pontos tratados nos formulários e explorar outros pontos aludidos pelos respondentes. Também foram levantadas mais de 200 matérias jornalísticas (indo da mídia hegemônica aos jornais universitários) que tratassem da temática do sofrimento psíquico ou temas relacionados às políticas de inclusão e permanência na FFLCH e na USP como um todo. Trato essas matérias como documentos etnográficos. Nos termos de Lowenkron e Ferreira (2014), isso requer que o pesquisador estabeleça um “diálogo com” e considere a agência daqueles que não são imediatamente identificados como sujeitos de pesquisa: as pessoas sendo documentadas e o próprio registro textual. É também compreender as micropolíticas dos atores sociais mobilizados nas notícias, sem perder de vista a natureza assimétrica dessas relações.

A divulgação principal dos formulários foi feita pela comunicação oficial da unidade, abrangendo assim todos os discentes da unidade, em dois momentos: o primeiro formulário foi divulgado no primeiro trimestre de 2021, durante o período mais



crítico da pandemia de COVID-19; o segundo, no segundo trimestre de 2023. O primeiro formulário teve 243 respondentes válidos e o segundo, 153 respondentes válidos. Totalizando 396 participações discentes, em grande parte anônimas.

A comparação dos resultados entre os formulários utilizados é atravessada pelos formatos diferentes entre eles. Os formulários mais recentes, de 2023, se baseiam, em grande parte, nas problemáticas levantadas pelos discentes no formulário de 2021. Diversas questões foram ampliadas e retrabalhadas, assim como a temática foi expandida. Sendo assim, as comparações entre os resultados de 2021 e 2023 são possíveis em alguns momentos e não em outros, isso estará apontado ao longo da análise. O que apresento a seguir é uma condensação parcial dos registros feitos no formulário, nas entrevistas e no levantamento das notícias.

- O sofrimento sob o olhar antropológico: apontamentos iniciais

Segundo Le Breton (2013), a dor e o sofrimento não são simplesmente íntimos, são também impregnados pelo social, cultural e relacional, são fruto de uma educação, isto é, não escapam ao vínculo social. Desse modo, a saúde como objeto da antropologia não se constitui pela determinação do que é saúde ou doença, normal ou patológico, mas é por intermédio do que os sujeitos, numa determinada configuração cultural, pensam e vivem com essas classificações psiquiátricas de si (Sarti, 2010).

O sofrimento psíquico é um fenômeno complexo, que envolve dimensões e relações de múltipla causalidade. Para Fassin (2012), o sofrimento não é só uma categoria psicológica ou fisiológica, mas também uma construção contemporânea e política, no sentido da sua entrada na esfera pública e ter se tornado um problema político. Representações culturais do sofrimento são apropriadas pela cultura popular e por instituições para propósitos morais e políticos. Essas representações moldam o sofrimento como uma forma de experiência social, isto é, como algo que é aprendido, compartilhado e, pode ser, contradito. Assim, o que representamos e como nós representamos prefiguram o que será ou não feito para intervir (Kleinman, Das e Lock, 1997).

O sofrimento hoje é uma linguagem do presente, uma “economia moral”. Nos termos de Fassin (2015), a economia moral se refere à produção, circulação e apropriação de valores e afetos em relação a um determinado problema social que,



consequentemente, caracteriza um momento histórico particular e um mundo social específico a maneira que esse problema é constituído e entendido coletivamente. Os valores e afetos definem “sentimentos morais” que direcionam nossa atenção ao sofrimento dos outros, principalmente dos mais vulneráveis, e nos fazem querer remediá-lo. Tais sentimentos se tornaram uma força essencial na política contemporânea, pois sustentam discursos e legitimam práticas de governo para manejar populações e indivíduos que enfrentam situações de desigualdade, contextos de violência e experiências de sofrimento.

Wilkinson e Kleinman (2016) definem o “sofrimento social” como experiências encarnadas de dor e aflição que são condicionadas e moderadas pelo contexto social. Com isso, pode ser explorado como a violência estrutural tem parte na distribuição social de aflições e adoecimentos físicos-mentais (Farmer, 2017). Pussetti e Brazzabeni (2011) pontuam que o conceito de sofrimento social emergiu nas últimas décadas como forma de analisar as relações profundas entre a experiência subjetiva do mal-estar e os processos históricos e sociais mais amplos. Defendendo que o mal-estar não pode ser observado e explicado independentemente das dinâmicas sociais e dos interesses políticos e econômicos que o constroem, reconhecem e nomeiam, assim, o mal-estar como derivado daquilo que tais interesses fazem às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais.

Ao longo do artigo, ao tratar de sofrimento psíquico, não me refiro apenas à transtornos mentais, isto é, às categorizações biomédicas e psicopatológicas, mas também ao conjunto diverso de reações de mal-estar, sofrimento, adoecimento, tristeza, aflição, dor, desconforto, estresse, angústia, tensão e afins diante de algum evento, situação, contexto que o sujeito possa se defrontar durante certo momento da vida.

O sofrimento psíquico discente não é uma problemática exclusiva da USP, nem do âmbito universitário nacional, mas global. Há um crescente volume de pesquisas, das mais variadas áreas de conhecimento, que tem voltado sua atenção para a problemática segundo as especificidades de cada contexto local e institucional. O sofrimento na universidade evidencia não só as pressões, contradições e impasses da vida universitária, mas também a metamorfose estrutural da sociedade gerada pelo neoliberalismo.



Entendo aqui que o sofrimento psíquico no ambiente universitário envolve dimensões individuais, socioestruturais, coletivas e institucionais, assim como argumentado por Leão, Ianni, Goto (2019a; 2019b). Sendo assim, o sofrimento tanto pode estar relacionado a (a) trajetória pessoal: seja uma reação psicoemocional diante de algum evento ou contexto difíceis, diagnóstico psicopatológico e afins); (b) questões coletivas envolvendo os diversos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, dentre outros) que fazem a intermediação subjetiva entre o individual e o coletivo; (c) mudanças estruturais das condições de vida decorrentes do neoliberalismo, de redistribuição econômica, de reconhecimentos culturais e históricos, do acesso à saúde, à moradia, à alimentação, à educação e toda uma série de efetivação de direitos; (d) pode estar relacionado diretamente ao contexto institucional universitário (global e nacional), da mercantilização e corporatização da universidade pública, precarização das condições de trabalho e pesquisa, cortes sistemáticos de recursos, falta e inefetividade de políticas de permanência e de saúde mental, dentre outras problemáticas.

#### - A Constituição do Ensino Superior Público Nacional

A constituição do sistema de ensino superior brasileiro foi um fenômeno tardio quando comparado com outros sistemas nacionais na América Latina. Segundo Martins (2018), as primeiras instituições de ensino superior no Brasil foram criadas somente no início do século XIX e tinham o propósito de fornecer quadros profissionais para desempenhar funções ocupacionais na Corte. Até o início da década de 1930, o sistema era constituído por um conjunto de escolas de cunho profissionalizante, divorciadas da investigação científica, atividade esta que era realizada nos Institutos de pesquisa. Carlotto (2021) aponta que a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, foi marcada pela tentativa de reunir faculdades isoladas a uma faculdade nova, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), de caráter eminentemente científico, cuja função deveria ser integradora das demais. Desse modo, a criação da USP representou um marco decisivo no cenário do ensino superior nacional por ter conseguido, pela primeira vez, dar dinamismo e organicidade para uma faculdade propriamente científica, capaz de impulsionar a institucionalização da pesquisa nacional, e que se tornou o principal modelo para as demais instituições universitárias do país.



Segundo Piotto (2014), a Educação Superior no Brasil é caracterizada pela restrição. Em relação à taxa de escolarização na educação superior na América Latina, a posição ocupada pelo país é inferior a quase todos os outros. Além da taxa ser baixa, ela ainda é resultado de uma recente expansão que aumentou em 129% o número de estudantes no ensino superior atendidos entre 1989 e 2002. Contudo, tal ampliação localizou-se predominantemente no setor privado que, em 2002, detinha 70% de todas as matrículas na educação superior, fazendo com que o Brasil se tornasse um dos países com mais alto grau de privatização nesse nível de ensino. Na Reforma Universitária de 1968, promovida pelo Regime Militar, as regras para a oferta do ensino superior foram flexibilizadas. Assim, antes mesmo do ciclo neoliberal dos anos 1990, o país experimentou, ainda nos anos 1970, um processo de privatização da educação superior que definiu o perfil essencialmente privado do nosso sistema de ensino superior desde então. Ao final da década de 1980, 77% das instituições que ofertavam ensino superior no país eram privadas e só 23% públicas. Portanto, a primazia do setor privado já era evidente no início da década de 1980 (Carlotto, 2021).

Durante o primeiro governo FHC, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 resultou na valorização do status dos estabelecimentos isolados de ensino superior ao excluir, pela primeira vez da legislação, a orientação de que o ensino superior deveria seguir, como modelo institucional prioritário, a forma “universidade”. Tal flexibilização alterou significativamente o cenário da educação superior nacional ao autorizar, em caráter inédito no país e, em certa medida, no mundo, o funcionamento de instituições de ensino superior privado com finalidade de lucro. O resultado foi uma verdadeira explosão no número de pequenos estabelecimentos isolados. Explorar lucrativamente a venda de educação superior abriu uma fronteira nova para a expansão do capital educacional, fazendo do Brasil um dos principais, se não o principal espaço para o crescimento dos grandes grupos privados educacionais no mundo a partir da segunda metade dos anos 1990 (Carlotto, 2021).

Ristoff (2014) indica que, nas duas últimas décadas, a educação superior brasileira foi marcada por grandes expansões, cresceu o número de instituições, de cursos, de vagas, de ingressantes, de matrículas e de concluintes. Foi um crescimento constante e significativo, com marcada aceleração de ritmo de 1999 a 2003, período em que ocorreu altas taxas de crescimento da educação superior, em função da proliferação de instituições privadas. Nos doze primeiros anos dos governos Lula-





Dilma, o crescimento se manteve constante, porém em ritmo mais moderado, e em sintonia com as políticas globais de inclusão social, a expansão passa a se associar à democratização dos campi brasileiros e orientada por um conjunto de políticas estruturantes implantadas nos últimos anos. Tais políticas, mais recentemente, têm evidenciado a inclusão de grupos historicamente excluídos desse nível educacional e começam a alterar significativamente o perfil do estudante de graduação e pós-graduação no ensino superior público brasileiro.

A existência prolongada de desvantagens dos estudantes negros quando comparados aos estudantes brancos, em especial no ensino superior, e a mobilização em prol da criação de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, foram importantes para que fossem criadas políticas de ação afirmativa na educação, como a Lei das Cotas, lei nº 12.711 de 2012. A ampliação de acesso ao ensino superior público tem resultado em um aumento proporcional de estudantes negros constituindo, assim, uma mudança institucional importante, pois passou a garantir a esse segmento o acesso a oportunidades sociais que antes lhe eram restritas e inexistentes (Barreto, 2015). Lima (2010) advoga que as ações afirmativas são exemplos de mudanças recentes na forma como o Estado brasileiro lida com as questões sociais e das minorias. Contudo, como alerta Carlotto (2021), a expansão do ensino superior é inseparável do processo de diversificação institucional. Como demonstram as pesquisas de Bourdieu sobre o sistema francês, a relação entre expansão e diversificação institucional também apontam para o aumento das desigualdades internas do sistema de ensino superior. Em nosso caso, a expansão foi liderada pelo setor privado em particular por faculdades isoladas e com finalidade de lucro. Atualmente, mais de 77% das matrículas de graduação são realizadas em instituições privadas (INEP, 2022).

- Um breve histórico da adoção de políticas afirmativas na Universidade de São Paulo

Desde o ano de 1995, a Universidade de São Paulo vinha discutindo a necessidade de medidas que visassem a criação de um sistema para a ampliação de estudantes negros e de baixa renda. Apenas 11 anos mais tarde e após muitos embates e disputas, a USP estabelece, em 2006, um sistema de bonificação com critérios socioeconômicos, o Programa de Inclusão Social (Inclusp). No contexto da



promulgação da Lei das Cotas em 2012, na USP se desencadeou uma discussão a respeito da possibilidade de adoção de cotas em seus vestibulares. Contudo, optou-se por implementar mudanças em seu sistema preexistente, assim, novas alterações são feitas no Inclusp (Piotto e Nogueira, 2013). Portanto, ante a possibilidade de adotar um modelo de cotas étnico-raciais, a USP preferiu dar sequência ao seu projeto político de cotas sociais, presumindo ser o modelo mais de acordo com seus princípios de expansão universitária. Apenas em 2015 passou a aderir ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Embora tal adoção tenha sido uma mudança histórica na forma de ingresso, que nos últimos 40 anos era representada pela Fuvest, o modelo de inclusão adotado até então tinha como grande enfoque o aluno de escola pública, a questão étnico-racial foi parcial e deficientemente contemplada até então.

Após um intenso engajamento de movimentos negros na USP e do Núcleo de Consciência Negra, em 2017, através das congregações das unidades e do Conselho Universitário, a USP introduziu as cotas raciais nos seus processos de seleção, Fuvest e Sisu. O sistema de cotas foi aplicado no edital da Fuvest em 2018, reservando cerca de 37% das vagas para alunos de escolas públicas e desse valor 13,7% foram reservados para pretos, pardos e indígenas. Definiu-se que a cada ano a reserva de cotas irá aumentar até atingir a meta de 50% das vagas destinadas ao sistema de cotas em 2021.

Hoje, a FFLCH é a maior unidade de toda a USP, com cerca de 13 mil estudantes ativos de graduação e pós-graduação, 400 docentes, 300 funcionários, 11 departamentos distribuídos em 5 áreas de conhecimento: Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História e Letras (FFLCH, 2024). Como constatou Braga (2019), a FFLCH é a faculdade que possui a maior presença de homens e mulheres negras discentes de toda a USP. Em sua maioria, tais alunos estão cursando no período noturno, o que indica uma relação entre trabalho e estudo.

Na amostra dos dois formulários, segundo o marcador de gênero/identidade de gênero, as *mulheres cis* constituem o maior grupo de respondentes, 232 respondentes (58,6%); os *homens cis* são o segundo maior grupo, 139 respondentes (35,1%); o terceiro grupo é composto por “*gênero-dissidente*” (*peças trans, não-binárias, gênero fluído, agênera*), 25 respondentes (6,3%). Dentro das classificações de cor, raça e etnia, segundo as categorias do IBGE, as pessoas que se autodeclaram *brancas* constituem o maior grupo, 276 respondentes (69,7%); os que se



autodeclaram *pardos* são o segundo maior grupo, 72 respondentes (18,2%); os que se autodeclaram *pretos* são terceiro grupo, 30 respondentes (7,6%); os que se autodeclaram *amarelos* são o quarto e último grupo, 15 respondentes (3,8%). Dentro das orientações sexuais, as pessoas *heterossexuais* constituem o maior grupo, 178 respondentes (44,9%); o segundo, dos respondentes *bissexuais*, 123 respondentes (31,1%); o terceiro, dos respondentes *homossexuais*, 61 respondentes (15,4%); o quarto, dos respondentes *panssexuais*, 24 respondentes (6%); o quinto, dos respondentes *assexuais*, 5 respondentes (1,3%); o sexto e último, dos respondentes *demissexuais*, 2 respondentes (0,5%).

No primeiro formulário foi adotado um entendimento estrito do marcador de classe, inspirado por Bourdieu (2013), para além dos aspectos econômicos, posse material, poder de consumo, foi buscado as classificações e as representações feitas pelos agentes de sua posição no espaço social, o que não permitiu uma definição que desse conta dos aspectos propriamente econômicos. No segundo formulário, diferentes aceções foram integradas, nisso foi constatado que 11 respondentes (7,2%) possuem até 1 salário mínimo de renda mensal, 58 respondentes (37,9%) estão entre 1 a 4 salários mínimos, 56 (36,6%) estão entre 4 a 10 salários mínimos, e, por fim, 28 (18,3%) possuem mais de 10 salários mínimos. Pode-se verificar que, para além de outras dimensões simbólicas, há uma grande disparidade econômica entre os respondentes.

#### - Marcadores Sociais da Diferença e o Cuidado

Na realidade social, como salienta Fraser (2001), toda luta por justiça social implica duplamente demandas por mudanças culturais e econômicas, isto é, demandas por reconhecimento (Honneth, 2015) - lutas em torno dos marcadores sociais da diferença - e por redistribuição econômica. Ambas estão enraizadas em processos e práticas que sistematicamente prejudicam alguns grupos em detrimento de outros. Nas Ciências Sociais, há um esforço em dar inteligibilidade a agendas políticas que produzem sujeitos de direitos, que antes eram ignorados ou mesmo perseguidos pelo Estado. A noção contemporânea de vítima, segundo Sarti (2011), vincula-se precisamente às políticas de reparação. Configurando uma maneira de dar



inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, que se produzem ou são produzidos como tais, conferindo legitimidade moral às suas reivindicações.

A ação política desses segmentos apresenta uma crescente demanda por reconhecimento dos indivíduos enquanto sujeitos de direito. Violência, discriminação e sofrimento, em articulação com demandas por direitos, são temas organizacionais de produção de subjetividades e ação política dos movimentos feministas, negros, LGBTQs contemporâneos (Moutinho, Almeida e Simões, 2020). Nos últimos anos, os marcadores sociais da diferença se tornaram centrais no debate político nacional.

Os marcadores sociais da diferença (Cancela, Moutinho e Simões, 2015; Saggese, Marini, Lorenzo, Simões e Cancela, 2018) referem-se à abordagem interseccional que provém do feminismo negro estadunidense (Collins, 2019; Lorde, 2019). Davis (2018) defende que a interseccionalidade é um projeto político e interdisciplinar em defesa a uma perspectiva sobre as experiências singulares de se viver como mulher negra, de seu compartilhamento de perspectivas comuns. Contudo, o grande diferencial é que tal ferramenta não se restringe aos marcadores de raça e gênero, sempre leva em conta a grande variedade e pluralidade de outros marcadores sociais, como os de classe, nacionalidade, religião, idade e orientação sexual, marcadores que acabam moldando vidas individuais. Essas marcações sociais da diferença não estão completamente isoladas, nem constituem distintos reinos de experiência, mas existem “em” e “através” da relação que constituem entre si (McClintock, 2010).

Tais categorias se intersectam em múltiplos modos e estruturas não apenas nas relações cotidianas mas também como fundamento da nação e do próprio Estado, de seu aparato político técnico-administrativo (Moutinho, Almeida e Simões, 2020). Se por um lado, observa-se na última década que um processo significativo de democratização dos campi nacionais está em curso, principalmente quando olhamos para marcadores sociais da diferença como raça, gênero e classe; por outro, isso não pode ser dissociado de questões que envolvam a permanência na universidade, sendo a saúde mental uma delas.

Ecclestone e Brunila (2015) defendem que o entendimento contemporâneo de justiça social reflete um longo interesse nas dimensões psicoemocionais da iniquidade social e a necessidade de respostas informadas coletiva e politicamente. A luta pela justiça advoga que mudanças estruturais podem aumentar as oportunidades sociais e melhorar as condições sociais daqueles que estão politicamente, economicamente



e socialmente em situação de desvantagem e marginalidade (Rimke, 2016). O suicídio e sua prevenção também são questões vitais para a justiça social. Tal abordagem enfatiza as formas pelas quais processos socioestruturais criam condições duradoras que geram e consolidam mais fatores de risco ao suicídio para algumas pessoas do que outras, segundo seus marcadores sociais (Button e Marsh, 2020). É reconhecer o suicídio enquanto uma questão multifacetada composta por fatores e atravessamentos culturais, econômicos, biológicos, psicológico, políticos e outros (Navasconi, 2019).

Em contraposição a individualização radical proposta pelo neoliberalismo, podemos entender a distribuição desigual de sofrimentos em termos estruturais e coletivos pelos conceitos de precariedade e condição precária. A precariedade, para Butler (2015, 2018, 2019, 2021), tem de ser compreendida como uma condição generalizada: todas as vidas são, por definição, precárias, pois podem ser eliminadas e sua persistência não está garantida. A vida sempre surge e é sustentada dentro de determinadas condições que a dão suporte. Não há vida sem a dependência de redes mais amplas de apoio, cuidado, sociabilidade e trabalho. Contudo, há uma distribuição diferencial de precariedade, uma condição de precariedade. Tal distribuição diferencial é uma questão material e perceptual, visto que tais vidas não são “consideradas” potencialmente valiosas e, assim, são obrigadas a suportar uma exposição diferenciada à violência, isto é, sob determinados regimes de poder, alguns grupos são visados mais prontamente que outros. A condição precária também pode implicar numa mudança da realidade psíquica, num aumento relativo da sensação de ser descartável ou dispensável que se distribui proporcionalmente à condição precária. Tal processo pode envolver um aumento de ansiedade em relação ao próprio futuro e em relação àqueles que podem depender dessa pessoa (Berlant, 2011). Quanto mais socialmente isolada, mais a pessoa se torna e se sente precária.

Segundo Comas D'Argemir (2014), a distribuição do cuidado é um aspecto crucial da análise das desigualdades de gênero em sua articulação com desigualdades de classe, raça, sexualidade, dentre outras. O cuidado é essencial para a existência da vida e sua sustentabilidade. Sem o cuidado não haveria cultura, economia ou organizações políticas (Fraser, 2016). No entanto, o cuidado tem sido desvalorizado historicamente nas sociedades ocidentais por estar associado à intimidade e aos setores sociais subordinados (Epele, 2012). Como defende Ahmed (2022), quanto mais precária for a sua situação, menor o apoio oferecido. Ser pobre,



ser negra/o, ser mulher cis/trans, ser não-heterossexual, dentre outros marcadores, colocam sua vida em risco. Sua saúde é comprometida quando você não tem acesso a recursos que possam dar suporte à vida em todas as suas contingências. Um sistema de saúde é também um sistema de suporte.

- Desenvolvimentos após a morte de Ricardo

Em 2 de junho de 2021, o Portal Geledés publicou uma carta de docentes negras e negros da USP reivindicando o direito à diversidade na instituição (Santos, 2021). Apontam que, embora foi tardia a adoção de políticas afirmativas raciais na USP, desde de sua adoção um contingente de estudantes negros começaram a adentrar aos seus campi, numa proporção até então não vista. Apesar dos ganhos gerados por essas medidas recentes, o discurso da importância da diversidade étnico-racial e a crescente presença universitária da população negra, a Universidade ainda carece de práticas efetivas que realmente acolham tais valores anunciados pela instituição e também políticas antirracistas efetivas. Questionam diversas atitudes institucionais, como: se não é por falta de documentação e de pesquisas que ressaltam o estresse sofrido pelos mais pobres, como poderia se explicar a manutenção das condições adversas enfrentadas pelos universitários negros e negros periféricos da USP e que precisam morar no CRUSP?; quantas mais vidas serão perdidas após o imenso sacrifício realizado para ingressar e permanecer na Universidade?; até quando o discurso institucional da diversidade seguirá ignorando o sangue e as lágrimas derramadas pelas vidas negras decorrentes do racismo presente na instituição, da ausência de políticas públicas que visem a superação desse racismo?; e, por fim, até quando a falta de interesse generalizada de realizar o acolhimento das pessoas negras pela e na Universidade que poderia resultar em medidas institucionais que resolvessem os velhos e conhecidos problemas presentes na instituição?

Apontam ainda que muitas universidades ao redor do mundo já tomaram ciência da necessidade de convergência entre discurso e prática institucionais, e os benefícios de políticas internas de valorização da diversidade e de acolhimento, de educação e enfrentamento a abusos, assédios e discriminações étnico-raciais. Gostaria de destacar mais dois questionamentos feitos que são centrais para o



desenvolvimento deste artigo: “Como podemos entender o silêncio institucional em face da morte trágica do estudante negro? E que providências serão tomadas para que tragédias análogas não se repitam?”. Após os acontecimentos que culminaram na morte de Ricardo, em 26 de maio de 2021, houve uma série de movimentações em torno da saúde mental na FFLCH e na USP em geral. No intuito de responder parcial e provisoriamente ambas perguntas, a seguir trato de alguns desses desenvolvimentos.

- Criação da “Frente USP Solidária e Democrática”

Em 7 de junho do mesmo ano, a Rede Não Cala convocou uma reunião virtual para tratar de questões em torno da saúde mental e permanência estudantil. Com cerca de 70 participantes - docentes, discentes, funcionários, representantes de entidades e movimentos estudantis - foi deliberado a criação da “Frente USP Solidária e Democrática” visando, primeiramente, a reivindicação de soluções imediatas e emergenciais para o enfrentamento dos problemas que afetam a comunidade universitária, como a precariedade das instalações do CRUSP e atenção aos seus moradores e moradoras. Para além das medidas emergenciais, a Frente desejava futuramente congregar os setores que defendem um projeto de universidade que se contraponha ao modelo implementado pelas últimas gestões, um modelo marcado por medidas de redução do quadro de funcionários, sucateamento de serviços oferecidos (como o fechamento de creches e a precarização do Hospital Universitário) e a adoção de processos avaliativos e gerenciais internos fundamentados em rankings e critérios produtivistas. Uma das professoras presentes declarou que “os suicídios são sintomas de algo muito mais profundo, e a situação do CRUSP é uma de suas manifestações”, “[...] Temos que enfrentar esse projeto [de Universidade] com outro. De que USP estamos falando?”. Um outro professor reiterou que os reitoráveis naquele momento deveriam se comprometer com novas políticas de apoio e permanência estudantil (AduSP, 2021a).

Em carta publicada no dia 17 de junho, a “Frente USP Solidária e Democrática” denuncia que a USP enfrenta graves desafios referentes às questões de permanência estudantil, saúde mental e condições estruturais do CRUSP. Defendem que a questão da saúde mental e do suicídio não se restringem à FFLCH ou ao CRUSP, nem ao



corpo discente. Há situações preocupantes por toda Universidade, pois o seu modo de funcionamento interfere na subjetividade, quando não na própria sobrevivência de seus membros. Apontam ainda que as respostas institucionais ofertadas pela Superintendência de Assistência Social (SAS) e pelo Escritório de Saúde Mental têm se mostrado insuficientes e, muitas vezes, revelando fragilidades de concepção e implementação. Assim, embora reconheçam que há iniciativas da Universidade, elas não têm sido eficientes em responder às necessidades mais urgentes. Com isso, reivindicam, no curto prazo, reformas estruturais nos edifícios do Crusp e melhorias nas condições de vida de seus moradores; e aprimoramento e garantia de permanência de estudantes pobres, negros e em situação de vulnerabilidade, por meio das políticas de inclusão e permanência (auxílios, alimentação, moradia, transporte) e de atendimentos acessíveis e especializados à saúde mental (Adusp, 2021b).

- “FFLCH pela vida”

A FFLCH pela vida é descrita como o conjunto de ações relativas à saúde mental voltadas ao acolhimento da comunidade universitária - discentes, docentes e servidores-administrativos da unidade. Entre as ações estão: a distribuição de uma cartilha de informações básicas de saúde mental; pesquisa para levantamento da situação de sofrimento da comunidade acadêmica na FFLCH; a criação de canal de comunicação direta (telefone, WhatsApp, e-mail e site), com voluntários que atendem estudantes que precisam de ajuda; elaboração de um programa de tutoria dos docentes da FFLCH aos estudantes, com a intenção de aconselhá-los e ajudá-los em situações-limite na vida acadêmica e na perspectiva pessoal; a realização de rodas de conversa e seminários; ampliação de ações de inclusão acadêmica a partir do Programa de Acolhimento aos Estudantes Cotistas (PAECO) e de Práticas de Leitura e Escrita Acadêmicas (PLEA); e, por fim, visitas regulares ao CRUSP.

Defendem que a necessidade de implantação destas ações surgiu após os casos de suicídio ocorridos envolvendo estudantes da unidade. Dentro do contexto pandêmico, as restrições sanitárias geraram grandes mudanças como, por exemplo, aulas de forma remota, e as pessoas passaram a lidar com questões próprias decorrentes do período pandêmico: doença, distanciamento social, falta de lazer,





notícias negativas, disputas políticas no cenário nacional, falta de vacinas, incertezas sobre o futuro etc. Vemos que nessa breve apresentação feita, a “crise” de suicídios na unidade é atribuída apenas aos desenvolvimentos da pandemia, isto é, como um contexto externo à universidade, algo que se impõe de fora para dentro. Tal visão é também explorada no artigo de opinião publicado pelo diretor da FFLCH, Paulo Martins, no jornal Folha de São Paulo (e que também é parcialmente veiculado na cartilha).

No artigo “Nosso Setembro é Agora” de 11 de julho de 2021, Martins (2021) defende que “na universidade, entre as crises potencializadas e catalisadas pela pandemia, o suicídio é uma questão sobre a qual o debate não pode ser adiado ou calado”. Contudo, o suicídio não seria algo peculiar de um determinado ambiente ou país, ou mesmo de uma universidade, pois discussões sobre o tema nas universidades retornam senzanalmente e ganham destaque importante na comunidade acadêmica e na sociedade. Cita os exemplos dos ocorridos na USP em 2017 e em 2018 na UnB. Segue apontando que há despreparo em descobrir quando o fenômeno pode ocorrer, como abordar o aluno e direcioná-lo a um serviço de prevenção. Embora, as causas de suicídio são várias, complexas e diversas entre si, quando se tem uma constante, é preciso ficar em alerta. A FFLCH estaria no centro dessa constante, caberia a sua comunidade acadêmica procurar pôr um fim à crise e resolver seu acolhimento deficitário. Contudo, isso não seria um indicativo de falta de investimento em políticas de permanência, mas a falta de “uma ação conjunta, comunitária e solidária em favor do próximo. Uma rede de pessoas que abrace os que sofrem. Algo que não seja apenas um número, mas uma condição necessária a ser aderida por todos. E isso deve transcender o ambiente da universidade”.

Sendo a maior unidade da USP, o desafio para a unidade seria enorme, pois, “se a estimativa é de que 5,8% dos brasileiros estão diagnosticados para casos de depressão, segundo a OMS, nós teríamos na FFLCH cerca de 730 jovens em situação de sofrimento, excluindo-se funcionários e professores”. Os discentes deveriam ter atendimento preferencial e rapidamente. Para o enfrentamento da crise, um grupo de emergência com um largo espectro da comunidade uspiana USP havia se formado, o “FFLCH pela vida”. Concluindo o artigo tratando da etimologia da palavra crise, destacando o seu sentido positivo: “o momento de decisão, de discernimento, de separar o joio do trigo”. Tal sentido seria empregado como um ponto de partida para



que “não tenhamos mais dias tão tristes, fazendo perdurar por todo o ano o setembro amarelo”.

Há dois pontos dessa fala que gostaria de destacar: Primeiro, parece que há um reforço de que são apenas nos momentos de crise que a universidade se dispõe a discutir a problemática, que não há nenhum planejamento ou prevenção de longo prazo em prática para que o problema não venha ocorrer novamente, vide as repetições de 2018 e 2021, descritas na introdução deste artigo; Segundo, sendo o suicídio um fenômeno complexo e multifacetado, que pode afetar indivíduos de diferentes origens e marcadores sociais (idade, gênero, classe, raça, sexualidade, dentre outros), uma análise dos fatores culturais e sociais desse fenômeno nos aponta que ele tende sim a ter uma certa aderência a certos ambientes e momentos particulares (como a universidade e o contexto pandêmico), mas também a certos marcadores sociais (jovens, pessoas em estado de vulnerabilidade social, mulheres, negros/negras, LGBTs). O suicídio é a segunda causa de morte global entre jovens de 15 a 29 anos, ficando atrás somente das mortes por violência. No segmento populacional universitário, o suicídio não só é também a segunda causa de morte entre os estudantes, como tem havido um crescimento. Tal número elevado é comum nas pesquisas sobre “sofrimento psíquico” na universidade. Nacional e internacionalmente, verifica-se a prevalência de problemas de saúde mental entre graduandos e pós-graduandos (Stock e Levine 2016; Auerbach *et al.* 2018; Gaiotto *et al.* 2021).

Quanto a cartilha, ela não só trazia o discusso acima, como também procurava tratar brevemente dos seguintes temas: os sentidos e fatores que afetam a saúde mental; como a COVID-19 estava afetando a saúde mental de muitas pessoas; os sintomas comuns da depressão; abordar a problemática do suicídio e fatores protetivos; e prática cotidianas básicas para que o aluno pudesse alcançar um maior bem-estar e qualidade de vida, apresentando as terapias holísticas como uma alternativa complementar de tratamento médico e seus possíveis benefícios; caso o aluno não tivesse se identificado em situações de sofrimento psíquico apresentados, é oferecido formas de ajudar os colegas, o tipos de práticas a serem reiteradas e evitadas no acolhimento, como acompanhar a pessoa e buscar ajuda profissional em conjunto dela, contudo, evitando julgar ou criticar, opinar, banalizar o sofrimento que a pessoa enfrenta; por fim, são oferecidas alternativas de serviços de escuta e acolhimento, atendimento psicoterapêutico e psiquiátrico (como os atendimentos



oferecidos no Instituto de Psicologia e o Escritório de Saúde mental) e de atividades terapêuticas alternativas. A cartilha foi impressa e enviada para o endereço residencial de todos discentes da unidade no final de 2021.

#### - Criação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento

Em 3 de maio de 2022, a Universidade de São Paulo aprovou a criação de um novo órgão administrativo, a Pró-Reitoria de Inclusão e Permanência (PRIP). A criação do órgão fazia parte do programa da chapa “USP Viva: Responsabilidade Social, Protagonismo e Excelência”, composta pelo candidato a reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior (ex-diretor da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, então pró-reitor de Pós-Graduação) e a candidata a vice-reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda (ex-diretora da FFLCH e então coordenadora do escritório USP Mulheres).

Em pronunciamento, apresentado por Yamamoto (2022), o reitor defende que “o pertencimento deve ser construído a partir do reconhecimento, na Universidade e na vida social, do valor das diferenças. A USP não está descolada da sociedade em que vivemos e a busca da equidade deve orientar todas as políticas da Universidade”. A vice-reitora também faz sua defesa sobre a nova iniciativa:

“[...] Com esta nova Pró-Reitoria, estamos estabelecendo uma relação mais íntima com a dinâmica do mundo contemporâneo. Quando trabalhamos em ambientes com maior diversidade, produzimos não só conhecimento e cultura mais responsáveis, como também avançamos na discussão sobre a própria diversidade. Como universidade pública, temos a obrigação de ser uma instituição de vanguarda no Brasil, esse é o nosso desafio e espero que estejamos à altura dele”.

A chapa, vencedora em 2021, planejava reestruturar as políticas de inclusão e permanência. Assim, a nova Pró-Reitoria ficaria responsável por centralizar e coordenar as ações da Universidade voltadas para as políticas afirmativas e de permanência, agregando às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, segundo a pró-reitora responsável Ana Lúcia Duarte Lanna:

“A criação dessa Pró-Reitoria mostra, com muita veemência, a importância que a Universidade está dando aos temas da inclusão e pertencimento. É uma estrutura administrativa que coloca os temas de forma inescapável, no mesmo patamar que o ensino, a pesquisa e a extensão. E as ações são voltadas para toda a comunidade da USP – alunos, professores e servidores – o que torna o desafio ainda maior e original”.



Os órgãos então existentes, como a Superintendência de Assistência Social, o Escritório USP Mulheres, o Escritório de Saúde Mental, dentre outros, seriam incorporados e remodelados pela nova Pró-Reitoria. Até aquele momento, tais órgãos não se vinculavam uns aos outros diretamente, suas ações não partiam de um mesmo conjunto de diretivas. Com a mudança, a PRIP estruturaria os órgãos existentes e os inéditos em torno de cinco áreas, sendo elas: “Vida no campus”; “Saúde mental e bem-estar social”; “Mulheres, relações étnico-raciais e diversidades”; “Formação e vida profissional”; e, por fim, “Direitos Humanos e políticas de reparação, memória e justiça”. Para os fins do artigo, nos interessa adentrar os objetivos específicos da área de “Saúde mental e bem-estar social”. São listados sete objetivos gerais: “valorizar a convivência, o bem-estar social e a saúde mental na universidade”; “localizar os espaços de conflito e problematizar as estruturas produtoras de sofrimento”; “promover a saúde mental”; “fortalecimento dos laços sociais e do sentido de pertencimento”; “criar espaços para acolhimento do sofrimento”; “propiciar o diálogo e orientação para comunidade USP”; e, por fim, “estimular a interação e o desenvolvimento de pesquisas nos hospitais universitários e unidades de saúde e psicologia”.

#### - A dissolução do Escritório de Saúde Mental e a criação do Programa ECOS

O Escritório de Saúde Mental atuou de 2018 a 2022, até que a criação da PRIP dissolvesse o programa. Embora outros serviços de assistência psicológica já existissem há décadas nos territórios da e em torno da Universidade de São Paulo, como a Clínica-Escola Psicológica Prof<sup>o</sup> Durval Marcondes, gerida pelo Instituto de Psicologia da USP, que oferece há mais de 50 anos apoio psicológico gratuito, o Escritório foi o primeiro programa institucional, unificado para todos campi da USP, de assistência psicológica voltada exclusivamente para a comunidade universitária.

Em 2019 já era possível verificar que a grande demanda pelo serviço surpassava suas condições, embora isso não fosse um problema exclusivo do Escritório, a Clínica-Escola Durval Marcondes vem enfrentando o mesmo problema por anos. No então site institucional do Escritório, hoje extinto, informava-se que, naquele momento, os alunos não estavam sendo encaminhados diretamente para a psicoterapia, e que caso desejasse entrar na fila de espera, o aluno deveria preencher um formulário para identificação das particularidades de seu sofrimento psíquico para



um contato posterior indeterminado. Durante a pandemia, o Escritório passou a fazer o acolhimento por videoconferência, seguindo o mesmo procedimento de fila de espera por tempo indeterminado.

Mesmo sendo uma criação institucional inédita na história da USP e muito divulgada pela instituição nos meios de comunicação de massa, o Escritório não chegou a possuir um local próprio para atuar, pois, desde que foi criado, o Escritório foi situado provisoriamente na Superintendência de Assistência Social, onde permaneceu durante todo seu desenvolvimento. Ao longo da pesquisa, pude constatar que, muitos estudantes nunca tinham procurado nenhum dos serviços oferecidos pela universidade, grande parte deles nem sabiam da existência desses ofertados. Em parte, isso aponta a falta de visibilidade e divulgação que a própria instituição faz de seus recursos. Os alunos não possuem informações suficientes nem sobre a qual desses serviços recorrer.

Durante seu funcionamento, o Escritório atuou como uma caixa-preta para a comunidade universitária, seja pela sua desvinculação direta dos outros arranjos institucionais, quanto pela falta de visibilidade de seus procedimentos internos. Muito se disse o quanto o isolamento não só foi estratégico para a instituição, no sentido de ter um maior controle da visibilidade dos registros e levantamentos feitos, como também criou uma política de assistência extremamente ineficaz e apartada das redes de cuidados em saúde mental já existentes nos territórios e nos arredores da Universidade, dada a falta de qualquer comunicação entre o Escritório e os outros serviços oferecidos. Assim, embora o Escritório fosse administrado por um professor renomado do Instituto de Psicologia, o próprio instituto não tinha relação direta com o que era feito ali. Não há registros oficiais de levantamentos de suicídios discentes feitos pelo Escritório. Contudo, ainda hoje, a falta de registros oficiais sobre suicídio continua sendo um problema institucional.

Outro ponto a ser destacado é quanto a própria nomeação do serviço de cuidado como “Escritório de Saúde Mental”, nome que apresenta um viés administrativo e empresarial. A própria ideia de um escritório não só remetia a uma figura empresarial como também destoava dos outros serviços de apoio psicológico oferecidos pela USP. O Escritório tinha um funcionamento autônomo dos outros serviços, pois não estava diretamente vinculado ao Instituto de Psicologia ou aos Hospitais Universitários, mas estava vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Graduação.



Até hoje não se sabe exatamente quantos discentes foram atendidos pelo Escritório, quais eram suas demandas coletivas ou mesmo o que foi apresentado para os órgãos institucionais. A crítica ao serviço, a avaliação de sua ineficácia, só pôde ser feita pelos efeitos externos ao Escritório - pelas reclamações feitas pela comunidade universitária da insuficiência do serviço ofertado, a falta de um espaço e de uma equipe adequados, dentre outras demandas - já que suas engrenagens permaneceram um grande mistério.

Em 24 de outubro de 2022, a PRIP inaugurou a sede do novo programa institucional de assistência à saúde mental da comunidade uspiana, o Programa Ecos - Escuta, Cuidado e Orientação em Saúde Mental. Diferente do programa anterior do Escritório de Saúde Mental, foi a primeira vez que houve a alocação de um espaço exclusivo e definitivo para os atendimentos. Para Ricardo Rodrigues Teixeira, médico-sanitarista e diretor da Coordenadoria de Saúde Mental e Bem-Estar Social da PRIP, “o Programa Ecos é uma das ações mais importantes da política de saúde mental da PRIP. Ele se coloca, na Cidade Universitária, como um lugar de escuta e acolhimento, uma porta aberta para qualquer pessoa da comunidade uspiana que apresente alguma forma de sofrimento e mal-estar psíquico” (Gonzaga, 2022).

Localizado num espaço de fácil acesso para a comunidade universitária, o serviço teve como proposição o oferecimento de uma escuta realizada por uma equipe multiespecializada composta por psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros com treinamento em saúde mental. Para além dos profissionais, a equipe também seria composta por bolsistas de graduação que seriam treinados para serem “escutadores”. Outros “escutadores”, segundo Teixeira, também fariam parte da proposta da política de saúde mental que buscava o treinamento e a formação de membros da comunidade universitária que se dispusessem a atuar em suas unidades, compondo “brigadas de saúde mental” (Gonzaga, 2022).

Um outro diferencial em relação ao serviço anterior, o Programa Ecos buscava realizar se articular às redes de cuidados em saúde mental já existentes nos territórios e nos arredores da Universidade, mobilizando, assim, os recursos dos campi, da USP, do Sistema Único de Saúde e de outras políticas públicas existentes. Tal articulação possibilitaria tanto a criação de ações e serviços relacionados à saúde mental, quanto a qualificação de iniciativas já existentes. Dessa forma, o Programa Ecos poderia realizar um acolhimento de demandas coletivas, buscando potencializar ações locais e a participação das respectivas comunidades na promoção da saúde mental em cada território (Programa Ecos, 2024).



Para Teixeira, a meta da política de saúde mental do programa Ecos seria a promoção de uma cultura do cuidado no ambiente universitário, melhorando as relações entre as pessoas que compõem a comunidade universitária, “nós queremos provocar uma mudança cultural na USP. A comunidade precisa ter uma atenção maior ao outro”. Nesse sentido, os docentes, por exemplo, pelo seu papel institucional e por possuírem um grande impacto nos discentes, precisariam alterar a concepção de seu papel, isto é, não apenas como um mero repassador de conteúdo, mas um profissional que também tem uma função cuidadora perante seus alunos (Hirata, 2023).

#### - O sofrimento psíquico no cotidiano universitário

Algo que pude constatar na pesquisa foi o grande volume de narrativas de graduandos em torno dos sentimentos de uma cobrança frequente e excessiva enquanto culpa e responsabilidade individuais. Falavam de uma forte cobrança por resultados, por produtividade, por desempenho acima da média. Sentimento esse que pode ser tanto infligido pela estrutura acadêmica, como por uma comparação constante entre o próprio corpo discente e, muitas vezes, uma comparação autoinfligida pela própria vivência nesse ambiente. Como disse um interlocutor, “é algo que contagia”.

A competição generalizada se apresenta de diferentes maneiras, seja pelo domínio de línguas estrangeiras, conteúdos aprendidos, matrículas em disciplinas, oportunidades de estágio e intercâmbio, iniciações científicas, bolsas de auxílio e pesquisa, ranqueamento/habilitações (para os alunos de Letras), a maioria dessas coisas são baseadas no desempenho acadêmico individual, na média ponderada. Contudo, tal competitividade generalizada não leva em conta as diferentes variáveis culturais, sociais e econômicas dos alunos, isto é, seus marcadores sociais da diferença, como se todos iniciassem a trajetória acadêmica em pé de igualdade.

Em contraponto a isso, muitos alunos provenientes do ensino básico público apresentaram a queixa de uma sensação crônica de inferioridade e de insuficiência que os fazem sentir constantemente deslocados no âmbito acadêmico, como se não merecessem ocupar aquele espaço. Segundo Piotto (2014), a convivência com a desigualdade social e a experiência de desenraizamento para os estudantes que realizaram toda a escolarização na rede pública se dá na universidade. Essa



convivência com a desigualdade social traz dificuldades no relacionamento com os colegas e contribui para a sensação de não pertencimento. Uma das grandes dificuldades desses estudantes é lidar com a diferença entre o mundo universitário e o familiar, e com o sofrimento, a humilhação e os prejuízos psíquicos oriundos deste choque de diferenças.

Como demonstram Bourdieu e Passeron (2014), as desigualdades sociais se manifestam não apenas no acesso ao ensino superior, mas nas escolhas entre diferentes percursos ao longo de sua duração, pois as oportunidades objetivas de cada grupo social condicionam a experiência dos atores, configuram suas esperanças subjetivas e suas escolhas concretas, fazendo com que contribuam, mesmo sem ter consciência disso, para a realização de uma trajetória acadêmica e social próxima de seu perfil social (Macedo 2019). As vantagens e desvantagens ligadas à origem tenderiam a se apresentar de modo articulado.

Na pesquisa, isso se demonstrou pelo tipo de instituição cursada no ensino básico, a escolaridade e a ocupação dos pais, ser a primeira geração de sua família a entrar numa universidade pública, o curso escolhido, a forma de ingresso, o uso de políticas afirmativas, a necessidade de bolsas de apoio/auxílio, morar ou não na moradia estudantil, ter feito ou não uma iniciação científica, trabalhar ou não na área de formação, ser pesquisador-bolsista. São chances diferenciadas de acesso a oportunidades culturais e acadêmicas. Tudo isso representa diferentes posicionamentos no espaço social, “estilos de vida” e gostos de classe, na universidade e na sociedade como um todo.

As desigualdades sociais – no caso específico desta pesquisa, os marcadores sociais da diferença – nas intrincadas maneiras como o machismo, o racismo, a LGBTfobia e a desigualdade social se intersectam nas estruturas universitárias, vão se convertendo e se acumulando como desigualdades acadêmicas, que podem muitas vezes ser experimentadas como problemas individuais, podendo assim ser convertidas em culpa e responsabilidades individuais.

- O racismo no meio acadêmico: desigualdades que se interseccionam

Em 2024, a USP alcançou o feito de mais de 55% de ingressantes vindos de escolas públicas e de pretos, pardos e indígenas (PPI). Do total de 10.753 vagas preenchidas, 5.954 (55,4%) foram de estudantes exclusivamente de escolas públicas,





incluindo 2.965 (27,6%) autodeclarados PPI (Cruz, Queiroz e Portela, 2024). A meta de alcançar mais de 50% dos ingressantes por vagas afirmativas foi proposta na implementação das políticas afirmativas na universidade em 2017. Ao longo dos anos, as tentativas de cumprimento da meta foram amplamente divulgadas pela instituição e pela imprensa sob a retórica de que a USP estaria se tornando mais diversa e acessível para as camadas mais pobres e negras.

Segundo Ahmed (2012), a política da diversidade só se tornar uma política de inclusão da diversidade nos termos específicos de uma determinada instituição, isto é, de como a ideia de diversidade se torna associada a certos corpos - não brancos, fora da norma institucional até então - modelando como a universidade vem se tornar um corpo público e visível. A retórica da diversidade pode ser usada para manufaturar uma certa coesão social, permitindo que a instituição, contraditoriamente, faça como que o racismo e uma série de iniquidades sejam negligenciadas, que possam coexistir mesmo com a ideia de um corpo institucional diverso. Isso não deve ser visto como uma propriedade da USP em si, mas de como as instituições de ensino superior se inserem em tramas sociais maiores de nosso país, de nossa história marcada pelo duradouro legado do colonialismo e da escravidão.

As instituições trabalham suas relações com os agentes externos a ela pelo manejo de sua própria imagem. A diversidade pode se tornar uma mudança da própria percepção da branquitude do que a mudança da branquitude das organizações. Mudar percepções da branquitude pode ser a forma como uma instituição venha reproduzir sua branquitude, como aquilo que existe mas não é mais percebido enquanto tal. Quando as instituições são descritas como sendo brancas, segundo a autora, está sendo apontado para como os espaços institucionais são formados pela proximidade de certos corpos e não outros: como corpos brancos se reúnem e criam a impressão de coerência. Sendo assim, o desejo oficial de institucionalizar a diversidade não significa que a instituição está se abrindo realmente. A barreira institucional pode se tornar mais aparente, como um signo de imobilidade, o quanto mais a instituição apresenta a si mesma como se tornando mais acessível. A barreira, por fim, daria forma física à inércia institucional, isto é, uma falta de vontade institucional de gerar uma mudança efetiva.

O trágico caso de Ricardo e outros apresentados na introdução não podem ser reduzidos aos fatores institucionais se compreendemos o suicídio como uma questão multifacetada, esses fatores estão presentes, mas não são os únicos determinantes.



Contudo, entender o suicídio e sua prevenção como questões de justiça social, nos leva a adentrar as formas pelas quais processos socioestruturais, especialmente aqueles que atravessam a estrutura institucional, criam condições duradoras que geram e consolidam mais fatores de risco ao suicídio para algumas pessoas do que outras, segundo seus marcadores sociais (Button e Marsh, 2020). Nesse sentido, gostaria de abordar a questão do racismo no meio acadêmico por meio da narrativa de alguns discentes. Embora privilegie aqui o marcador de raça, não deixo de dispor de suas intersecções com outros marcadores sociais, como gênero, classe e sexualidade.

Segundo Kilomba (2019), a experiência do racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual, mas é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial. É a materialização da condição de precariedade discutida acima, uma certa “exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo da vida de alguém - no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família e na universidade.

O racismo, como outros marcadores sociais, inclui uma dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. Ele se revela em um nível estrutural, pois pessoas negras e não-brancas estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Na universidade, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico da sociedade brasileira, mas também institucionalizado em nossas instituições de ensino. O racismo institucional se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas, uma forma de operar que coloca os sujeitos brancos em clara vantagem em relação a outros grupos racializados.

Grande parte da literatura sobre sofrimento psíquico na universidade não leva em conta a multiplicidade das identidades dos discentes. Os marcadores de raça, gênero e classe são tidos como constituindo grupos distintos, as identidades não se interseccionam. As consequências disso para nosso entendimento é que se determina um marcador social da diferença isolado e a partir dele se constrói uma identidade



una em torno dessa diferença - “as mulheres”, “os negros”, “os pobres”, “os LGBTQs” - , muitas vezes essas determinações acabam traçando essências identitárias, como se fossem universos de experiências distintas.

Em um projeto anterior, também me deparei com esse mesmo tipo de construção unitária. Ao tratar CPI das Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas, feita pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2014, processo no qual os deputados paulistas realizaram uma “devassa” contra formas de desrespeito aos direitos humanos em universidades públicas e privadas de SP, pude constatar que as breves narrativas sobre racismo e violência contra LGBTQs que se fizeram presentes no discurso midiático também eram construídas em termos unitários. Consequentemente, uma vítima do racismo não teria gênero, classe social ou orientação sexual, uma da homofobia, não teria raça, classe social ou gênero e assim por diante (Piva, 2019, 2020). Tal construção simplista e deslocada do conjunto relacional das outras violências que ocorrem no espaço da universidade nos deixa um importante questionamento: violência sexual, racismo, desigualdade econômica e LGBTQfobia são fenômenos que acontecem com pessoas totalmente distintas e mutuamente exclusivas? A discussão realizada ao longo do texto nos afirma que não, os diversos marcadores sociais entrecruzam-se, interpelam-se, combinam-se, deslocam-se e tensionam-se.

Ao serem questionados de quais e como os fatores do meio acadêmico e extra-acadêmico potencializam o adoecimento psíquico dos alunos e da própria experiência de adoecimento e quais marcadores sociais da diferença são atenuantes no adoecimento psíquico dentro e fora da Universidade temos as seguintes afirmações:

“[...] Dentro da universidade [o racismo] é o mais velado possível, embora diversas vezes me deparei com cenas constrangedoras, onde já percebi desconfiança de diversos alunos e funcionários quanto à minha fisionomia. Fora da universidade já estou acostumado com isso. A desconfiança, medo e preconceitos que já encaro no dia a dia são maquiados dentro da universidade pelas mesmas pessoas que os praticam fora dela.” - *Homem cis, pardo, heterossexual*

“Já sofri racismo na USP, ferida que demorou a cicatrizar, e me sentia envergonhada ao lado de pessoas que tiveram educação básica de ponta e claramente possuíam mais conhecimento em matérias básicas que eu, ou tinham a possibilidade de ficar até ao fim da aula e depois ir tranquilamente embora no próprio carro, sem se preocupar com chegar muito tarde em casa sozinha na rua deserta ou mesmo perder o último ônibus, enfim.” - *Mulher cis, parda, bissexual*



“Dentro da universidade, se suas condições socioeconômicas são boas, você dificilmente ficará tão preocupado em conseguir bolsas para se manter e não precisará conciliar trabalho e estudo e dificilmente também morará tão longe a ponto de afetar sua vida social. Para mim, isso me afeta bastante, porque participando ou ouvindo algumas conversas, fica claro que eu não pertencço à mesma realidade que muitos dos alunos, o que gera um sentimento de não pertencimento e de que sou incapaz. Fora da universidade é a mesma coisa, se você tem condições econômicas boas, não vai se preocupar em trazer sustento para casa e não vai se sentir diminuído e incapaz por não ter dinheiro. Em relação à raça, ser branco te alivia de algumas ansiedades, já que não precisa se preocupar se vai sofrer racismo, que infelizmente ainda está muito presente dentro e fora da universidade.” - *Mulher cis, parda, bissexual*

“Não me senti afetado quanto a sexualidade/raça mas era evidente e conversei muito sobre colegas e amigos próximos que sofriam muito com isto, desde racismo até lgbt+fobia dentro e fora da universidade, desta forma, junto dos fatores mencionados anteriormente, afetam no desempenho geral dos alunos.” - *Homem cis, amarelo, heterossexual*

“Acredito que todos sejam atenuantes, acho que a mudança de percepção se dá através dos marcadores que marcam o corpo de cada um. No meu caso, um gay cis, negro e que sempre foi pobre e periférico, toda essa junção faz com que ora eu sinta que a condição de periférico se sobressai no ambiente acadêmico, devido ao estado caótico do país, que reflete em projetos sociais e oportunidades de bolsas de pesquisa, além do fato, claro de ter tido uma formação mais fragmentada, que parece interferir em alguns planos que gostaria de realizar, como intercâmbio. A falta de dinheiro, acaba por me colocar em uma posição de buscar me esforçar sempre mais para tentar minimamente competir com outros alunos que sempre tiveram uma vida privilegiada. Fora da Universidade, fato de ser negro e gay acaba por me fazer acessar uma violência que percebo diariamente através de olhares, comentários, e de violência e inclusive institucionais que se dão através de discursos do governo atual.” - *Homem cis, negro, homossexual*

No racismo, para Kilomba (2019), corpos não-brancos são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem - seja em diversos espaços sociais, como a universidade. Os não-brancos - negros, indígenas, amarelos - só se tornam “diferentes” nestes espaços porque “diferem” de um grupo que tem o poder de se definir como a norma, isto é, a norma institucional branca. Todos aqueles e aquelas que não são brancos são construídos então como “diferentes”. Portanto, a branquitude é construída como o ponto de referência a partir do qual todos os “Outros” raciais “diferem”. Nesse sentido, não é que se é “diferente”, mas torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação.

Ahmed (2012) trata desse desconforto racial que se dá no ambiente universitário, essa pungente experiência de não ser branco, de ser tido como a corporificação da diversidade, de ser estranho naquele espaço, de como é sempre sentir-se fora do lugar. A autora defende que levar em conta esses relatos desconforto



racial é oferecer uma perspectiva distinta do mundo universitário, isto é, tornar evidente o quanto a experiência institucional determina que certos corpos são os verdadeiros detentores daquele espaço, que podem se sentir completamente confortáveis e seguros, enquanto outros carregam consigo um desconforto e um sentimento de insegurança constantes. Contudo, não podemos nos esquecer que outros marcadores sociais também se fazem presentes nesses momentos.

Por mais que a USP, enquanto corpo institucional, possa se alegrar da recente ampliação e crescente transformação de seu corpo discente, ainda há muito a ser feito para que essa ampliação e transformação sejam realmente uma mudança efetiva de como a cultura institucional seguiu até aqui, de como a norma histórica desta instituição se estabeleceu como branca, masculina e elitizada. As transformações nos arranjos institucionais em saúde mental parecem apontar para caminhos dessa efetivação, já que a distribuição do cuidado continua sendo um aspecto importante na análise das desigualdades de gênero em sua articulação com desigualdades de classe, raça e sexualidade presentes no meio universitário.

#### - Os arranjos institucionais de cuidado em saúde mental na USP

Em linhas gerais, segundo Leão, Ianni e Goti (2019a, 2019b), as estratégias institucionais de promoção de saúde mental na USP podem ser agrupadas em duas macroestratégias: clínico-terapêuticas e de educação em saúde. Primeiro, quem adoece é encaminhado à clínica individual dos serviços de saúde mental ligados à universidade, para depois retornar às engrenagens da máquina que o adoeceu e que permanece intocada. Sofre quem não é resiliente o bastante, quem não se organizou adequadamente, quem não sabe como estudar, etc. Afastando, assim, a análise de eventuais fatores supraindividuais que possam estar ligados à experiência de sofrimento expresso neste ambiente em específico. A hegemonia das estratégias clínicas demonstra o entendimento de que a saúde mental é um monopólio clínico-terapêutico, majoritariamente individual, e que demanda esforços de normatização. Por outro lado, não é necessariamente mais saúde mental que se produz com educação em saúde mental, mas possivelmente maior adaptabilidade a uma lógica de ensino adocedora. Adquire-se instrumentos não para promover saúde mental, mas para melhor navegar o campo minado do ambiente acadêmico e suas exigências de desempenho e produtividade.



O viés da autoadministração implicado nos serviços oferecidos transforma a experiência do sofrimento em um objeto administrativo, não se pergunta o porquê do sofrimento ou sobre seu contexto social de emergência, mas busca dar respostas organizativas a este: uma melhor organização das atividades cotidianas do estudante, metodologias de estudo, memorização e sono e afins. As respostas ao sofrimento, portanto, tendem a se organizar de forma individualizada e aquém da complexidade do fenômeno. Aubrecht (2019), olhando para o contexto universitário canadense, afirma que, ao invés de um ponto fora da norma, o sofrimento psíquico é apresentado pelos serviços universitários como algo ordinário e até esperado, como uma realidade afortunada da vida cotidiana na universidade neoliberal. Nesse contexto, as linhas divisórias entre o sucesso e a sobrevivência se tornam borradas.

Mesmo com as recentes transformações nos arranjos institucionais de cuidado, o conceito de resiliência continua a dominar os atuais programas e serviços oferecidos pela universidade. Tal conceito também oferece uma forma de racionalizar as dificuldades, os afastamentos e a própria remoção de estudantes. Servindo, assim, de medida para o pertencimento: a Universidade não pode ser a casa daqueles estudantes que enfrentam dificuldades mas não se recuperam, não se adaptam. Uma análise crítica da resiliência nos programas e serviços universitários podem nos mostrar como universidades racionalizam o desaparecimento e a remoção daqueles que “não-pertencem” (Aubrecht, 2016). Vemos nisso a materialização de uma gramática neoliberal do sofrimento psíquico, na qual apenas o indivíduo que sofre e, por mérito próprio, deve superar o sofrimento por aprimoramento pessoal. Tal gramática, por um lado, transfigura riscos e contradições sociais em fracassos e culpa pessoal; por outro, naturaliza estas mesmas contradições e as descola de seu contexto sociopolítico. Como apontam Leão, Ianni e Goti (2019a, 2019b), no ambiente universitário, quando crises produzidas, social e institucionalmente, são percebidas como crises individuais, não são considerados os efeitos adoecedores do próprio ambiente e das práticas institucionais, seja os eventuais desafios acadêmicos, as violências simbólicas e físicas, as insuficiências das políticas de permanência, etc

Na pesquisa, 223 respondentes (56,3%) já receberam algum diagnóstico clínico, 173 respondentes (43,7%) não receberam nenhum. Dos que receberam diagnóstico, vemos a prevalência de diagnósticos entre estudantes pretos sobre qualquer outro recorte racial presente, 66,6% dos respondentes pretos declararam ter algum diagnóstico, um contingente bem acima dos respondentes brancos, dos quais



55,2% declararam ter algum diagnóstico. Por fim, 54,9% dos respondentes pardos e 46,7% dos respondentes amarelos também declararam ter algum diagnóstico.

Em relação às formas de acesso aos serviços de saúde mental, 160 respondentes (40,4%) acessam apenas os serviços da rede privada, seja por convênio ou consultas avulsas; 81 (20,4%) apenas os serviços da rede pública, 70 (17,7%) acessam tanto rede privada e pública. Os acompanhamentos terapêuticos mais recorridos são a psicoterapia e a análise psicanalítica. Tais recursos, em grande parte, provém da rede privada de serviços de saúde mental. Assim, embora tenha um grande número de diagnósticos, o acompanhamento terapêutico nem sempre é acessado, provavelmente pelos custos elevados na rede privada e a demanda elevada que não consegue atendimento na rede pública.

Quando questionados se já procuraram algum apoio oferecido pela universidade, 274 respondentes (69,2%) nunca chegaram a procurar quaisquer forma de apoio oferecido pela universidade, apenas 122 respondentes (30,8%) já tinham procurado tal apoio. No segundo formulário, quando questionados se procurariam algum apoio oferecido pela universidade num futuro próximo, 78 (51%) respondentes afirmam que procurariam algum apoio oferecido pela universidade, 66 (43,1%) não procurariam e 9 (5,9%) talvez procurariam.

Durante a pesquisa pude constatar que apesar da estratégia clínico-terapêutica ser a lógica institucional mais aplicada no trato do sofrimento psíquico, muitos estudantes nunca tinham procurado nenhum dos serviços oferecidos pela universidade, grande parte deles nem sabiam da existência desses ofertados. Isso aponta a falta de visibilidade e divulgação que a própria instituição faz de seus recursos. Os alunos não possuem informações suficientes nem sobre a qual desses serviços recorrer.

Ademais, dentre diversos outros fatores, não basta que haja o oferecimento de apoios se os estudantes não veem tais apoios como seguros, como um meio de obter uma ajuda efetiva para o seu problema. Os dados apresentados nos mostram que a problemática não é falta de demanda, mas a junção da falta de informações e divulgação dos serviços oferecidos pela USP, da falta de vagas nos atendimentos, atendimento estritamente pontual e emergencial, serviços tidos como inefetivos e que podem contribuir para a piora da situação do aluno. Fazendo que os discentes só vejam na rede privada a possibilidade de um apoio efetivo e continuado. Isso, claro, é referente àqueles que possuem as condições financeiras necessárias para continuar o tratamento na rede privada.



Os respondentes também avaliaram se a Universidade tem tido iniciativa em tratar as demandas envolvendo a saúde mental dos alunos. No primeiro formulário, em 2021, antes da criação da Prip e do Programa Ecos, 109 respondentes (44,9%) afirmavam que não, 97 (39,9%) afirmaram que sim e 37 (15,2%) não souberam responder. Dos 97 respondentes que afirmaram que sim, 94 (96,9%) viam que a iniciativa não era o suficiente e 3 (3,1%) viam que era suficiente para as demandas existentes naquele momento. No segundo formulário, em 2023, quando a Prip e o Programa Ecos já existiam há alguns meses, 106 (69,2%) respondentes estavam cientes da criação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, 43 (28,1%) desconheciam a Pró-Reitoria e 3 (2,7%) não opinaram sobre. Dos 106 respondentes cientes, 32 (30,2%) afirmam que não possuem conhecimento suficiente para opinar sobre as atividades desenvolvidas até o momento, 52 (49%) avaliam negativamente, 11 (10,4%) avaliam positivamente e 11 (10,4%) avaliam de forma neutra.

Ainda no segundo formulário, foi perguntado quanto a rede de cuidado expandida, para além da institucional, ao serem questionados se sentiam que podiam obter apoio e ajuda de colegas, amigos, familiares ou profissionais nos seus momentos de grande sofrimento e angústia. 111 (72,5%) respondentes afirmam que obtinham esse apoio e essa ajuda, 42 (27,5%) não. Ao cruzarmos com os dados acima de uma possível procura futura de algum apoio oferecido pela universidade, daqueles que possuem apoio e ajuda, 55 (49,5%) procurariam ajuda institucional, dos que não possuem apoio e ajuda, 23 (54,8%) procurariam ajuda institucional. Ademais, ao cruzarmos com os dados de acompanhamento terapêutico, daqueles que possuem apoio e ajuda, 98 (64%) realizavam algum acompanhamento terapêutico, dos que não possuem apoio e ajuda, 31 (73%) realizavam algum acompanhamento terapêutico.

A autonomia individual, como independência ou autossuficiência, persiste como um grande mito neoliberal. Segundo Comas D'Argemir (2014), o apoio e o cuidado nos remetem à reflexão sobre o grau de dependências das pessoas, algo que confronta o valor da autonomia e da individualidade como pilares do neoliberalismo. Todas as pessoas necessitam de cuidado ao longo de seu ciclo vital. A dependência não é, pois, uma situação excepcional, mas é intrinsecamente universal e inevitável. A necessidade dos demais é a base primária da própria existência social. Contudo, nossa dependência não se refere apenas a outros corpos como também aos ambientes, às máquinas e aos complexos sistemas de interdependência social de que dependemos, todos os quais formam as condições de nossa existência e sobrevivência (Butler, 2018).





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Molinier e Paperman (2015) defendem uma “ética do cuidado”, e poderíamos pensar, em conjunto delas e outras teóricas do cuidado, em uma “ética do cuidado” na universidade, que se refira à justiça, à cidadania, às relações de poder, à precariedade e às responsabilidades. O ponto inicial da ética do cuidado é o “eu” relacional, sempre insistindo que estamos sempre inseridos numa malha de relacionamentos de dependência e interdependência (Kittay, 2011). Essas relações podem ser assimétricas, desiguais, injustas, conflituosas entre si, podem engajar diversos tipos e graus de responsabilidades, obrigações de força e intensidade diferentes para as partes.

Sendo assim, a responsabilidade também deve ser entendida em termos relacionais, pois as relações estão sempre entrelaçadas em uma rede complexa, flutuante, que gera tensões, conflitos e dificuldades para assumir algumas responsabilidades que elas suscitam. No caso desta pesquisa, trata-se das responsabilidades públicas que a instituição deve assumir mediante ao sofrimento psíquico discente. Nisso não reinam a conciliação ou os bons sentimentos, mas conflitos a serem solucionados, elucidados, resolvidos ou admitidos como contradição dinâmica (Molinier e Paperman, 2015).

É necessário que não se presuma o tipo de cuidado mais adequado a partir de preceitos gerais, mas sim que ele seja uma co-construção cotidiana. O cuidado não pode ser compreendido como algo estabilizado, mas como uma relação social e como um processo multidimensional (Hirata, 2022). É uma contínua experimentação que deve se dar de forma atenta e preocupada com as diferentes necessidades apresentadas naquele espaço e tempo específicos (Fietz e Mello, 2018). Entendendo que o cuidado também abre a possibilidade de produzir novos e múltiplos canais, institucionais e informais, geradores de novos laços sociais e subjetividades (Epele, 2012).

Por fim, nos cabe questionar continuamente os pressupostos neoliberais que se fazem presentes nas relações de cuidado hoje presentes na universidade. Na medida em que as contradições sociais são sentidas como culpa ou responsabilidade individual, a resposta se torna também mais subjetiva e menos política. Consequentemente, isto as retira das possibilidades de disputa política destas contradições.



A ética, segundo Brugère (2023), incide na esfera das necessidades dos outros e na necessidade da resposta apropriada, isto é, na esfera da atenção para com os outros, da manutenção das relações, na melhor maneira de se prover cuidado em um contexto específico, com sujeitos de carne e osso, portadores de crenças sociais e culturais, de histórias afetivas próprias. Deve-se levar em conta a capacidade de resposta do beneficiário, os discentes neste caso, perguntando a eles se o cuidado que receberam foi adequado às suas necessidades. Entendendo que cuidar também supõe se preocupar com as consequências e o resultado final, para que não haja mais tragédias como a de Ricardo e tantos outros. Por fim, a adequação do cuidado à situação evidencia a própria competência prática. Assim sendo, pensar o cuidado em termos de prática é, sobretudo, lutar contra qualquer idealização e desconfiar de qualquer forma de ingenuidade.

Não podemos perder de vista que, junto com a dimensão estritamente individual do sofrimento há também a fatores supra-individuais coletivos, institucionais e socioestruturais. É preciso pensar o fenômeno e as estratégias para lidar com ele, de forma a atingir também estas dimensões supra-individuais, considerando a complexidade das experiências de sofrimento e o necessário protagonismo dos estudantes. Estratégias individualizantes impedem de pensar o sofrimento e possibilidades de resposta coletivamente organizadas, transformações institucionais, ou sob o ponto de vista socioestrutural (Leão, Ianni e Goti, 2019a; 2019b). Levando em consideração os efeitos adoecedores do ambiente e das práticas institucionais, dos desafios do fazer acadêmico e das insuficiências das políticas de permanência e de saúde mental. É necessário estabelecer uma outra gramática do sofrimento psíquico e uma outra ética do cuidado na universidade, uma que não jogue para os alunos os riscos e as contradições socioestruturais como responsabilidades, fracassos e culpas individuais, os descolando de seu contexto sociopolítico e institucional.

No sentido contrário ao discurso neoliberal, no qual você se torna responsável pela degradação de sua saúde, pelo próprio fracasso em cuidar melhor de si, o cuidado no cotidiano toma forma e é experienciado através de relações concretas tecidas em arranjos sociais desiguais, que apontam como forças políticas e econômicas se realizam na vida cotidiana dos sujeitos (Han, 2012). E, com isso, é importante entender que não existe um cuidado universal, pelo contrário, sempre é particular, social e historicamente construído e situado em relação aos domínios



específicos da vida cotidiana, sendo, portanto, atravessado pelos processos econômicos, políticos, institucionais e normativos. Os cuidados que se estabelecem em determinado espaço, neste caso o da universidade, indicam as maneiras com que os macroprocessos políticos, econômicos e institucionais se traduzem em microdinâmicas sociais cotidianas (Epele, 2012).

Precisamos reorganizarmo-nos por meio do trabalho ordinário, cotidiano e frequentemente meticuloso de nos cuidarmos e de criação de uma comunidade de cuidado. Um autocuidado que não seja mais uma técnica de governança, mas um meio de encontrar formas para existir num mundo que torna a existência difícil de algumas populações (Ahmed, 2022).

## REFERÊNCIAS

Adusp (2021a, 18 de jun.). Frente USP Democrática e Solidária publica carta com propostas para enfrentar desafios de permanência estudantil e saúde mental. Adusp. Disponível em <https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/4173-frente-usp/>

Adusp (2021b, 10 de jun.) Mobilização em torno da saúde mental aglutina frente em defesa da democracia e da solidariedade na USP. Adusp. Disponível em <https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/4158-sm-rnc/>

Ahmed, S. (2012). *On Being Included: Racism and Diversity in Institutional Life*. NC: Duke University Press.

Ahmed, S. (2022). *Viver uma vida feminista*. São Paulo: Editora UBU.

Aubrecht, K. (2016). Psy-Times: The Psycho-Politics of Resilience in University Student Life. *Intersectionalities: A Global Journal of Social Work Analysis*, 5(2), 186-200. <https://doi.org/10.48336/IJKWTZ1349>

Aubrecht, K. (2019). The 'Nothing But': University Student Mental Health and the Hidden Curriculum of Academic Success. *Canadian Journal of Disability Studies*, 8(4), 271–292.

Auerbach, R., Mortier, P.; Bruffaerts, R. Alonso, J., Benjet, C., Cuijpers, P., Demyttenaere, K., Ebert, D.D., ... Kessler, R.C. (2018). WHO World Mental Health Surveys International College Student Project: Prevalence and distribution of mental disorders. *J. Abnorm. Psychol.*, 127(7), 623–638.

Barreto, P.C.S. (2015). Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, 6, 39-64. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151603>

Berlant, L. (2011). *Cruel Optimism*. New York: Duke University Press.

Bourdieu, P. (2013). Capital Simbólico e Classes Sociais. *Novos estudos - CEBRAP*, 96, p. 105-115.



Bourdieu, P., Passeron, J.C. (2014). *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Editora UFSC: Florianópolis.

Braga, T.J.K. (2019). *A Territorialidade do Corpo Negro na USP*. (dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.8.2020.tde-03032020-162818>

Brugère, F. (2023). *A Ética do Cuidado*. São Paulo: Contracorrente.

Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, J. (2017). *A Vida Psíquica do Poder*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

Butler, J. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira.

Butler, J. (2019). *Vidas Precárias*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

Butler, J. (2021). *A força da não-violência*. São Paulo, Boitempo.

Button, M., Marsh, I. (2020). Introduction. In: Button, M.; Marsh, I. (orgs.), *Suicide and Social Justice*. Nova Iorque: Routledge, 15-31.

Camargo, R. (2021, 1 de jun.). Estudante vítima de racismo comete suicídio dentro da USP. *Alma Preta Jornalismo Preto e Livre*. Disponível em <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/estudante-vitima-de-racismo-comete-suicidio-dentro-da-usp>

Cancela; M; Simões, J.A. (2015). *Raça, etnicidade, sexualidade e gênero*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

Carlotto, M. (2021). O campo brasileiro de ensino superior em perspectiva estrutural: tendências históricas e contemporâneas. *Pensata*, 10(1).

Collins, P.H. (2019). *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo.

Collucci, C. (2017, 12 de abril). Medicina da USP se mobiliza após tentativas de suicídio. Folha de S. Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2017/04/1874794-medicina-da-usp-se-mobiliza-apos-tentativas-de-suicidio.shtml>

Comas D'Argemir, D. (2014). Los cuidados y sus máscaras: Retos para la antropología feminista. *Mora*, 20(1).

Cruz, A; Queiroz, J; Portela, M.C. (2024, 14 de jun.). Mais de 55% dos alunos que ingressaram na USP em 2024 são de escolas públicas. *Jornal USP*. Disponível em <https://jornal.usp.br/institucional/mais-de-55-de-estudantes-de-escolas-publicas-ingressaram-na-usp-em-2024>

Das, V. (2020). *Vida e Palavras. A Violência e sua Descida ao Ordinário*. São Paulo: Editora da Unifesp.

Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo.

Programa Ecos (2024). Programa Ecos - Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento. Disponível em <https://prip.usp.br/programa-ecos/>



Ecclestone, K., Brunila, K. (2015). Governing emotionally vulnerable subjects and 'therapisation' of social justice. *Pedagogy, Culture & Society*, 23 (4), 485-506.

Epele, M. (2012). Sobre o cuidado de outros em contextos de pobreza, uso de drogas e marginalização. *Mana*, 18(2).

Farmer, P. (2017). *Patologias do Poder*. São Paulo: Paulus.

Fassin, D. (2012). *Humanitarian Reason: A Moral History of the Present*. Los Angeles, CA: University of California Press.

FFLCH (2024). Portal de Dados Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Quantidade de pessoas com vínculos ativos na unidade. Disponível em <https://dados.fflch.usp.br/ativos/>

Fietz, H., Mello, A. (2018). A multiplicidade do cuidado na experiência da deficiência. *Revista Antropológicas*, 29(2), 114-141.

Fraser, N. (2001). Da redistribuição ao reconhecimento?. In: Souza, J. (org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB.

Fraser, N. (2016). *Contradictions of Capital and Care*, *New Left Review*, n. 100.

Gaiotto, E.M.G., Trapé, C.A., Campos, C.M.S, Fujimori, E., Otrenti, E. Carrer, F.C.A, ... Soares, C.B. (2021). *Síntese rápida para enfrentamento do sofrimento psíquico de universitários*. São Paulo: EEUSP.

Gill, R. (2017). Beyond individualism: the psychosocial life of the neoliberal university. In: Spooner, M. (Ed.), *A Critical Guide to Higher Education & the Politics of Evidence*. Canada: Uni. Regina Press.

Gonzaga, I. (2022, 25 de out.). Programa Ecos: espaço de escuta, cuidado e orientação em saúde mental na Universidade. *Jornal USP*. Disponível em <https://jornal.usp.br/?p=576828>

Han, C. (2012). *Life in Debt: Times of Care and Violence in Neoliberal Chile*. Uni. of California Press.

Hirata, H. (2022). *O cuidado: teorias e práticas*. São Paulo: Boitempo.

Hirata, L. (2023, 03 de mai.). USP quer ampliar rede de cuidados em saúde mental na universidade. *Jornal USP*. Disponível em <https://jornal.usp.br/universidade/usp-quer-ampliar-rede-de-cuidados-em-saude-mental-na-universidade/>

Honneth, A. (2015). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.

Kittay, E.F. (2011). From the ethics of care to global justice. *Jendâ Kenkyû/Journal of Gender Studies*, 14. [http://www.igs.ocha.ac.jp/igs/IGS\\_publication/journal/14/113-120.pdf](http://www.igs.ocha.ac.jp/igs/IGS_publication/journal/14/113-120.pdf)

INEP (2022). Sinopse Estatística da Educação Superior 2020. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>



Leão, T., Ianni, A., Goto, C. (2019a). Individualização e Sofrimento Psíquico na Universidade: Entre a Clínica e a Empresa De Si. *Revista Humanidades & Inovação*, 6 (09). <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1250>

Leão, T., Ianni, A., Goto, C. (2019b). Sofrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural. *Revista EM PAUTA*, Rio de Janeiro, 17(44).

Le Breton, D. (2013). *Antropologia da Dor*. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP.

Lima, M. (2010). Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos CEBRAP*, 87.

Lowenkron, L., Ferreira, L. (2014). Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers. *Vibrant*, 11 (2).

Lorde, A. (2019). *Irmã Outsider*. São Paulo: Autêntica, 2019.

Macedo, R.M. (2019). *Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado*. (doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Maluf, S.W. (2010). Gênero, Saúde e Aflição: Políticas Públicas, Ativismo e Experiências Sociais In: Maluf, S.W., Tornquist, C.S. (orgs.). *Gênero, saúde e aflição*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas.

Martins, P. (2021, 11 de jul.). Nosso Setembro é Agora. Folha de S. Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/07/nosso-setembro-e-agora.shtml>

McClintock, A. (2010). *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Ed. da Unicamp.

Molinier, P.; Paperman, P. (2015). Descompartimentar a noção de cuidado?. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 18, 43-57.

Moraes, F.T. (2017, 27 de out.). Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós. Folha de S. Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1930625-suicidio-de-doutorando-da-usp-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos.shtml>

Moutinho, L., Almeida, H.B., Simões, J.A (2020). Grammars of damage and suffering in Brazil today. *Vibrant*, 17, 1-21.

Navasconi, P.V. P. (2019). *Vida, Adoecimento e Suicídio*. Belo Horizonte: Letramento.

Palhares, I. (2021, 3 de jun.). Suicídio de três estudantes nos últimos dois meses acende alerta na USP. Folha de S. Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/06/suicidio-de-tres-estudantes-nos-ultimos-dois-meses-acende-alerta-na-usp.shtml/>

Parreiras, C. (2018). Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora das/nas violências. *Cadernos de Campo*, 27(1), 274-294.

Piotto, D.C. (2014). Estudantes das camadas populares na USP: encontros com a desigualdade social. In: Piotto, D.C. (org.). *Camadas Populares e Universidades Públicas: Trajetórias e Experiências Escolares*. São Carlos: Pedro e João Editores, 133-166.



Piotto, D.C., Nogueira, M.A. (2013). Inclusão vista por dentro. *Educação*, 36(3): 373-384.

Piva, F.P. (2019). As transformações do fazer etnográfico no mundo digital: uma discussão a partir de narrativas midiáticas sobre violência sexual nas universidades paulistas. *Ponto Urbe*, 25.

Piva, F.P. (2020). Estratégias antropológicas incipientes para uma etnografia digital: uma discussão a partir de narrativas midiáticas sobre violências sexuais, de gênero, e trotes numa Faculdade de Medicina. *Cadernos de Campo*, 29(2).

Piva, F.P. (2022). As intermediações entre o coletivo e o individual no sofrimento psíquico de graduandos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP): diálogos antropológicos com campos da saúde mental. *Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, 5(5).

Piva, F.P. (2023). O adoecimento psíquico na graduação e os marcadores sociais da diferença na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). *Etnográfica*, 27(2).

Pussetti, C., Brazzabeni, M. (2011). Sofrimento social: idiomas da aflição e políticas assistenciais. *Etnográfica*, 15 (3): 467-478.

Rimke, H. (2016). Introduction: Mental and Emotional Distress as a Social Justice Issue. *Studies in Social Justice*, 10 (1).

Ristoff, D. (2014). O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação (Campinas)*, 19(3).

Saggese, G.S.R., Marini, M., Lorenzo, R.A., Simões, J.A. (2018) *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

Santos, G. (2021, 2 de jun.). Carta dos docentes negras e negros da USP: Pelo direito à diversidade na USP!. Portal Geledés. Disponível em <https://www.geledes.org.br/carta-dos-docentes-negras-e-negros-da-usp-pelo-direito-a-diversidade-na-usp/>

Sarti, C. (2010). Corpo e doença no trânsito de saberes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 (74): 77-191.

Stock, S.R.; Levine, H. (2016). Common Mental Health Issues. *New Directions for Student Services*, 156. Wiley Periodicals, Inc. Winter 2016.

Uneafro (2021, 28 de mai). Em Meio ao Racismo Institucional, Aluno Negro Tira a Própria Vida na USP. UneAfro Brasil. Disponível em <https://uneafrobrasil.org/em-meio-ao-racismo-institucional-aluno-negro-tira-a-propria-vida-na-usp/>

Vieira, B. (2018, 1 de ago.). USP tem 4 suicídios em 2 meses e cria escritório de saúde mental para alunos. Folha de S. Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/usp-tem-4-suicidios-em-2-meses-e-cria-escritorio-de-saude-mental-para-alunos.shtml>

Wilkinson, I., Kleinman, A. (2016). *A Passion for Society: How We Think About Human Suffering*. Oakland, CA: University of California Press.

Yamamoto, E. (2022, 3 de mar.). USP cria Pró-Reitoria para ampliar ações de inclusão e pertencimento. *Jornal USP*. Disponível em <https://jornal.usp.br/?p=513056>